



Revivendo o GRUEMA: da memória das autoras à produção de uma história

Reviving GRUEMA: from the writers' memories to the production of a history

Lucia Maria Aversa Villela¹

Resumo

Além da intenção de elencar como alguns teóricos da História Cultural, nomeadamente Marc Bloch, Jacques Le Goff, Michel de Certeau e Roger Chartier, convivem com a relação memória e história, neste texto comentam-se tensões percebidas ao se confrontar depoimentos das autoras de duas coleções de livros didáticos, publicadas no Brasil de 1967 a 1980: *Curso Moderno de Matemática para a Escola Elementar* e *Curso Moderno de Matemática para a Escola de 1º Grau (GRUEMA)*. As divergências entre os depoimentos gravados justificam a necessidade de ampliarmos a tipologia de fontes a serem utilizadas ao longo da pesquisa e os cuidados que o historiador deve ter ao trabalhar com a oralidade e os recursos das atuais tecnologias.

Palavras-chave: História Cultural. Memória. Documentos e Fontes. GRUEMA.

Abstract

Before commenting on how some Cultural History theorists, namely Marc Bloch, Jacques Le Goff, Michel de Carteur and Roger Chartier, deal with the relation between memory and history, this text comments on the tensions which were noticed when we compare the statements of the authors who published two collections of didactic books in Brazil

¹ Mestre em Educação Matemática; doutora em Educação Matemática. Professora Assistente III da Universidade Severino Sombra (USS), Centro de Ciências Tecnológicas e da Natureza (CECETEN). Endereço para correspondência: R. Almirante Cochrane 249/ 204, Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20550-040. E-mail: lucivillela@globocom

from 1967 to 1980: *Curso Moderno de Matemática para Escola Elementar e Curso Moderno de Matemática para a Escola de 1º Grau (GRUEMA)*. Their divergent opinions justify the need for enlarging on the sources which were used throughout the research, as well as how careful historians must be when they work with orality and with the resources of the new technologies.

Keywords: Cultural History. Memory. Documents and sources. GRUEMA.

Introdução

A oralidade foi utilizada em larga escala na historiografia da Antiguidade Clássica. Posteriormente e durante muito tempo, os historiadores valorizavam apenas as fontes escritas, desprezando os depoimentos orais.

Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, na Revista *Annales d'histoire économique et sociale*, trouxeram a público novas concepções metodológicas de como se fazer história. Estas, baseadas na história problema, se contrapunham à proposta da chamada escola metódica, ou positivista, que dava o primado de suas pesquisas à “prova documental”, por eles tomada como sinônimo de “prova documental escrita”. Paulatinamente, a nova metodologia para a produção historiográfica proposta pelo movimento inicial dos *Annales* foi ganhando espaço no meio acadêmico e, em consequência, as entrevistas e demais depoimentos de natureza semelhante ascenderam ao pódio das fontes históricas, em igualdade de valor com os documentos escritos e de outros objetos “palpáveis”.

Mas a história da história continuou e outras propostas foram sendo colocadas aos pesquisadores adeptos da História Cultural. Após os anos sessenta do século XX, com a disseminação de gravadores de som e imagem, a oralidade ganha repercussão e amplia a possibilidade de temáticas de pesquisa. Iniciam-se encaminhamentos metodológicos, como os da História Oral² e da História de Vida, tomada como parte da anterior, que passaram a colocar a oralidade em um lugar de destaque.

² “No Brasil, mais correto seria nos referirmos a essa modalidade como “abordagem qualitativa de pesquisa que vincula oralidade e memória” posto que, neste país, a influência dos historiadores (que ainda discutem se a História Oral é uma metodologia, uma técnica ou uma metodologia) fica relativizada face às influências vindas, por exemplo, das Ciências Sociais” (GARNICA, 2005, p. 2).

Os depoimentos do entrevistado e, portanto a ação/ seleção de sua memória, tal como qualquer outro rastro do passado tomado no presente e escolhido a ser transformado em fonte a fim de auxiliar na tessitura desse passado pelo historiador, também esbarram em questões de veracidade/ validade. Quem será ouvido e como estas falas serão utilizadas pelo pesquisador constitui o que irá direcionar os diferentes encaminhamentos metodológicos das atuais produções historiográficas.

No presente artigo e nas pesquisas que venho desenvolvendo nos últimos tempos, não sigo a linha teórica da História Oral. Uso depoimentos orais como mais uma fonte de pesquisa, sendo estes considerados em igual peso junto aos demais dados a serem apropriados enquanto fontes. Pauto meu trabalho na História das Disciplinas Escolares, sendo esta uma vertente de pesquisa da História Cultural.

Além da intenção de elencar como alguns teóricos da História Cultural, nomeadamente Marc Bloch, Jacques Le Goff, Michel de Certeau e Roger Chartier, convivem com a relação memória e história, neste texto comentam-se tensões percebidas ao se confrontar depoimentos das autoras de duas coleções de livros didáticos, publicadas no Brasil de 1967 a 1980: *Curso Moderno de Matemática para a Escola Elementar* e *Curso Moderno de Matemática para a Escola de 1º Grau (GRUEMA)*. As divergências entre os depoimentos gravados justificam a necessidade de ampliarmos, segundo a base teórico-metodológica da História Cultural em geral e particularmente da História das Disciplinas Escolares, a tipologia de fontes a serem utilizadas ao longo da pesquisa e os cuidados que o historiador deve ter ao trabalhar com a oralidade e os recursos das atuais tecnologias.

Memória & história: o que dizem alguns teóricos

Após os anos trinta do século XX, os embates teóricos entre metodologias no campo da História abriram vários caminhos para as pesquisas da área. A História Cultural atravessou o século e, por sua vez, também foi sofrendo alterações no que tange a métodos, enfoques e amplitude espaço-temporal. Muitos foram os problemas enfrentados ao longo desse percurso,

mas o “como” valorar e lidar com os depoimentos orais, individuais e coletivos, vem sendo um ponto que tem merecido a atenção de praticamente todos os historiadores.

Bloch (2001, p.117), nos anos 1940, afirmava que “o passado é um dado que não deixa mais lugar para o possível” e que “a incerteza está, portanto, em nós, em nossa memória ou na de nossas testemunhas. Não nas coisas”. Mas Bloch, ao usar a metáfora do jogo com um dado, contrapunha que “na crítica do testemunho, todos os dados estão viciados. Pois elementos muito delicados intervêm constantemente para fazer a balança pender para uma eventualidade muito privilegiada” (BLOCH, 2001, p.118). O autor lembra que, para se *fazer história*, “[...] como todo cientista, como todo cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra, analisa” (BLOCH, 2001, p.128), e que esta análise deve se processar sobre diferentes vestígios deixados pelo passado.

Certeau, nos anos 1970, falava sobre a qualidade dessa análise, cuja dependência ia para além das fontes selecionadas. Colocava que o movimento dos *Annales*, que hoje dista oitenta anos da proposta inicial de Febvre e Bloch, trouxera o “tempo da desconfiança” (CERTEAU, 2008, p.67) para a historiografia, pois “mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; [...] que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor” (CERTEAU, 2008, p.67). E essa subjetividade, no caso da oralidade e que, portanto, envolve a linguagem, passa tanto pelo âmbito do pesquisador, como do entrevistado.

Se “‘fazer história’ é uma prática [e] [...] cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios” (CERTEAU, 2008, p.78), nada mais natural que o historiador, a cada tempo, incorpore as tecnologias que estão a seu alcance a fim de que melhor possa operar com os documentos e transformá-los em fontes. Assim, vê-se hoje o uso de diferentes tecnologias somadas ao instrumental das pesquisas históricas: consultas online a obras raras que estão arquivadas em museus, gravações em vídeo ou áudio de diferentes tipos de depoimentos etc. Se por um lado há facilidades em acessá-las, por outro lado Le Goff (2003, p.470), em um longo capítulo

sobre a memória onde recorre inclusive aos teóricos da psicologia que nos dão suporte com relação aos processos mentais de elaboração da memória, nos alerta em relação à qualidade do que é veiculado, pois “os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo que possam controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção dessa memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão”. Chartier (2007, 2008) também lembra-nos que estes recursos não nos livram do problema de fidedignidade em tais consultas. Tal como os historiadores que militavam até o século XIX, também nós, no século XXI, estamos expostos às mesmas dúvidas de veracidade de outrora, somadas a outros problemas: “agora se trata de novas modalidades de construção, publicação e recepção dos discursos históricos” (CHARTIER, 2007, p. 82). O autor ainda ressalta que “a textualidade eletrônica transforma a maneira de organizar as argumentações, históricas ou não, e os critérios que pode mobilizar um leitor para aceitá-las ou rechaçá-las” (*idem*), pois também ele, leitor, pode ter acesso aos mesmos sites/ gravações que utilizamos ao criar nossas fontes e, conseqüentemente, reinterpretá-los segundo outra lógica.

Chartier (2008, p.17-18) se posiciona em relação ao uso da memória para se fazer história:

As reivindicações da memória, individual ou coletiva, íntima ou institucionalizada, puseram também em questão as pretensões do saber histórico ao julgá-lo frio em comparação com a relação viva que leva a reconhecer o passado na imediatez de sua reminiscência. Tal como foi mostrado de forma magnífica por Paul Ricoeur, a história se complica a partida quando a memória se faz responsável pela representação do passado e opõe a força e a autoridade da lembrança ao “mal-estar na historiografia”, segundo uma expressão que toma emprestado de Yosef Yerushalmi. A história deve respeitar as exigências da memória, necessárias para sanar as infinitas feridas, porém, ao mesmo tempo, deve reafirmar a especificidade do regime de conhecimento que lhe é próprio. Isto supõe o exercício da crítica, a confrontação entre razões conscientes dos atores e as determinações que eles ignoram, e a produção de um saber permitido pelas operações controladas por uma comunidade científica.

Tomando-se por base o que nos afirmam estes pesquisadores, vemos o quão cuidadoso deve ser o profissional que se utiliza de depoimentos orais, seja ele historiador, jornalista ou jurista. No nosso caso, ao fazer história, hoje temos consciência de que, por mais éticos e perspicazes que sejamos, estamos a cada passo produzindo *uma história*, passível de refutações ou desdobramentos a cada nova produção. Se “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (JULIA, 2001, p. 17), os depoimentos orais também são muito bem vindos enquanto fontes e, como as demais fontes, devem ser confrontados com todos os outros possíveis dados selecionados pelo pesquisador.

Outro problema que o historiador que se baseia na linha de História das Disciplinas Escolares enfrenta em seu ofício – e este é insolúvel, de acordo com a concepção de tal base teórica - é termos que “abandonar” os depoimentos/ imagens ouvidos/ vistos mas não gravados/ filmados e que, portanto, não podem ser considerados como fontes³, mas que muitas vezes nos ajudariam em nosso trabalho. São fragmentos que se perdem no ar e que, por mais que os tentemos recuperar, já não nos pertencem.

Localizando as autoras, as coleções e confrontando fontes

Tomando por base a proposta teórico-metodológica da História Cultural, a partir do segundo semestre de 2006, propus-me a pesquisar os manuais didáticos produzidos por Anna Franchi, Lucília Bechara Sanchez, Manhucia Perelberg Liberman, Anna Averbuch e Franca Cohen Gottlieb, publicados pela Companhia Editora Nacional. As três primeiras se conheceram em 1961, por ocasião do curso promovido por Osvaldo Sangiorgi em São Paulo, e pelas experiências no ginásio vocacional. As três últimas se conheceram em 1942, no Rio de Janeiro, quando iniciaram a licenciatura na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde se formaram em janeiro de 1947.

³ Para os pesquisadores da linha de História Oral esses depoimentos, quando utilizados criteriosamente, podem ser considerados como fonte.

Foi Sangiorgi quem apresentou Manhucia a Octalles Ferreira Marcondes.

Octalles e Monteiro Lobato, em 1925, criaram a Editora Nacional e eram sócios em igualdade de condições, mas Lobato, em 1929, frente às perdas que sofrera com a quebra da bolsa de valores de Nova York, vendera seus 50% da firma a Themistocles Marcondes Ferreira, irmão de Octalles. Themistocles “até sua morte, em 1965, foi diretor-presidente da editora. No entanto, o cargo era apenas nominal uma vez que a direção geral sempre esteve nas mãos de Octalles” (HALLEWELL, 2005, p.346). Quando Lobato voltou dos Estados Unidos, em 1930, foi convidado a assumir cargo na diretoria, mas preferiu continuar apenas produzindo suas obras, embora mais tarde assumisse a responsabilidade pela filial da editora no Rio de Janeiro.

Quando Octalles propôs à Manhucia a elaboração de livros de 1ª a 4ª série, esta sugeriu que a Coleção fosse escrita por uma equipe, e, assim, convidou Lucília e Anna Franchi: segundo os Mapas Mensais de Edição, disponíveis no Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, *Curso Moderno de Matemática para a Escola Elementar* foi publicado entre fevereiro de 1967 e maio de 1974.

Nessa coleção, houve inovações na materialidade do livro (forma, impressão a quatro cores, dimensões), nos conteúdos (totalmente voltados às concepções da Matemática Moderna) e na proposta metodológica (montada a partir do uso de materiais manipuláveis). A propósito, vejamos o que José dos Reis, então diretor da redação do Jornal Folha de São Paulo, em 9 de abril de 1967, afirmava sobre o primeiro volume de tal publicação:

Matemática – De Manhucia Perelberg Liberman, Anna Franchi e Lucília Bechara, edição da Companhia Editora, temos o “Curso Moderno de Matemática”, em volumes que na verdade são pastas com folhas soltas. Saiu o primeiro volume que explica os objetivos da série que é ensinar na escola primária a “matemática moderna” [...]. Basta procurar esta obra e comparar com um livro comum de matemática para perceber a diferença de método. Muito merecem, de parabéns, tanto as autoras quanto a editora, que enfrenta a tarefa de editar uma obra graficamente tão cara, quando seria mais fácil (e menos patriótico, é certo) ter-se ao imobilismo. (REIS, 1967 *apud* NAKASHIMA, 2007, p.237)

Uma das novidades que essa coleção trouxe ao mercado editorial foi que, até a oitava e penúltima edição, o livro destinado à primeira série foi editado em dois volumes formados por folhas soltas, a fim de facilitar o transporte do material a ser corrigido, “porque nós víamos aquelas professoras carregadas, cheias de cadernos” e assim “ela(s) só tinha(m) que levar algumas folhas para corrigir” (LIBERMAN, depoimento oral, 2007). Manhucia Liberman, em outro momento da mesma entrevista, afirmou:

A diferença era metodológica. No primeiro livro que escrevemos, era um sonho meu... Não sei se das outras. Porque eu achava que a Matemática era tão fácil, que eu podia escrever uma Matemática para crianças, de modo que esse livro se bastasse por si mesmo e o aluno não precisasse do professor. Muita pretensão, mas eu achava que o aluno podia pegar o livro e ir fazendo tudo sem ninguém para ajudar. Uma ilusão, é lógico! Mas éramos sonhadoras... Nos dávamos muito bem, e não estávamos nem um pouco preocupadas com o ponto de vista comercial do livro. Nós queríamos que o livro fosse aceito pelos professores e as pessoas gostassem. (LIBERMAN, depoimento oral, 2007)

Dentre os livros de Matemática existentes no Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, observei que, com o primeiro volume, iniciou-se a produção dos manuais com orientações didático-metodológicas para os professores. Manhucia afirmou que este volume 1 foi “o primeiro livro consumível”, o que é um fato real dentre os livros didáticos desta editora, faltando-me condições de verificar a veracidade de tal afirmativa em relação ao mercado editorial brasileiro. Em novembro de 1973, os dois volumes da primeira série, ainda como livro desta coleção, foram reunidos em um único volume, sofrendo uma drástica redução no número de páginas: de um total de 221 páginas na versão em dois volumes, o livro passou a ter 130 no volume único. Considerando-se os encartes dos professores e os livros dos alunos destas nove edições, a tiragem dos livros da primeira série da Coleção *Curso Moderno de Matemática para as Escolas Elementares* atingiu 1.129.325 exemplares dos 2.588.611 editados para as quatro séries da coleção (VILLELA, 2007, 2008).

Anna Franchi participou apenas da elaboração dos volumes iniciais da Coleção *Curso Moderno de Matemática para as Escolas Elementares*. Aqui começam as divergências nos depoimentos das entrevistadas, colhidos separadamente e em datas diferentes, pois, para Manhucia, esses dois volumes seriam os da primeira série, apesar de terem concordado em incluí-la como autora no da segunda série. Para Lucília, Anna Franchi participara das discussões também do livro da segunda série, sendo que “depois a Anna saiu para trabalhar com a Antonieta⁴ num outro livro e ficamos, a Manhucia e eu no primário” (SANCHEZ, depoimento oral, 2008). Como ainda não me foi possível colher o depoimento da própria Anna Franchi e não há no Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional nenhum rastro que comprove a efetiva participação ou não desta professora no livro da segunda série, fica a dúvida. O fato é que lá existe um contrato, datado de 29 de dezembro de 1966, assinado pelas três autoras e por Octalles, enquanto diretor-geral, que compromissava o grupo a produzir todos os volumes da coleção de 1ª a 4ª série.

Diante do sucesso de vendagem desta primeira coleção e a fim de atender à LDB n° 5.692/71, de 11/08/71, que criara o ensino de primeiro grau com oito anos, Octalles propôs a ampliação da coleção, e, para isso, Manhucia sugeriu a entrada de Anna Averbuch e Franca na equipe.

Anna (que na época da faculdade tinha o sobrenome Rosenbrach, e depois de casada passou a Averbuch), Franca e Manhucia, além da velha e profunda amizade iniciada nos bancos da faculdade, possuíam grande afinidade em relação às concepções do que estava sendo proposto à Matemática escolar de então. Se Lucília e Manhucia exerciam liderança na formação de professores, na elaboração de propostas curriculares em São Paulo e nas atuações do Grupo de Estudos do Ensino da Matemática (GEEM), Anna Averbuch e Franca Cohen também se destacavam em ações no Rio de Janeiro,

⁴ Não foi especificado a que Antonieta a entrevistada se referia. Se cruzarmos esta informação com o depoimento de Anna Franchi existente na tese de doutorado de Heloisa Silva, possivelmente tratava-se de Antonieta Moreira Leite na elaboração do livro “Redescoberta da Matemática” – Edições Tabajara, publicado em 1971/1972” (FRANCHI *apud* SILVA, 2006, p. 57), embora haja discrepância entre as datas fornecidas, uma vez que o primeiro volume da Coleção *Curso Moderno* em que não consta o nome de Anna Franchi – o da terceira série – teve sua primeira edição em março de 1968, segundo os dados dos Mapas Mensais de Edição da Editora nacional (VILLELA, 2007).

quer nas Semanas Fluminenses de Ensino de Matemática (de 1966 a 1970, reunindo profissionais do Liceu Nilo Peçanha, Centro Educacional de Niterói e elementos de secretarias de educação de 1º e de 2º graus), quer na elaboração de propostas curriculares, formação de professores ou em bancas de exames de seleção, sem esquecer que a partir de 1976, quando da criação do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática (GEPEM), exerceram papéis de liderança. Todas as quatro sempre se mantiveram atualizadas, ligadas a cursos de formação continuada e participação em congressos.

Com relação a Octalles, percebi muita gratidão e carinho em todos os depoimentos, mas no que tange ao objetivo deste artigo de mostrar o quanto a memória do entrevistado pode deixar o pesquisador a descoberto, destaco a fala da Profª Franca:

[...] temos muita gratidão ao dono da Editora Nacional. Era um velhinho português muito cativante. Ele inclusive escreve a Cozinha da Dona Benta. Era uma pessoa muito interessante, com muitas curiosidades. Muito corajoso. Ele apoiou as “meninas”, a Manhucia e Lucília, na parte do primário, apoiou com a estratégia, apoiou com o livro consumível, apoiou com a maneira diferente delas fazerem os livros. Os livros delas começaram a ser completamente diferente de todos os que haviam por aí e ele nos apoiou em tudo. Ele teve coragem, teve confiança na nossa maneira de trabalhar. (GOTTLIEB, depoimento oral, 2007)

Possivelmente por desconhecimento, há uma imprecisão na fala de Franca, pois o livro de culinária, popularmente conhecido como *Cozinha da Dona Benta*, tinha na verdade o título *Comer Bem – Dona Benta* e, segundo Trefauts (2003), teve como “autor presumido [...] Rubens de Barros Lima, um dos editores da Companhia Editora Nacional na época, a quem se atribui a compilação da obra e os contatos para sua realização”.

Com a entrada de Anna Averbuch e Franca Cohen Gottlieb na equipe, iniciou-se uma intensa movimentação física e acadêmica entre Rio de Janeiro e São Paulo:

[...] nós começamos a escrever, e para dizer a verdade, foi um “*tour de force*” porque realmente não era fácil: duas lá de São Paulo e duas do Rio. [...] Não havia e-mail, não havia fax, não havia nada de tudo que hoje em dia parece essencial.

Não tinha nem xerox! Você imagina!... Isso deve ter acontecido há pelo menos trinta ou quarenta anos atrás [...] Você pode imaginar como é que estava a coisa! Nós escrevíamos à mão. A Anna e eu escrevíamos à mão. Tínhamos dividido os assuntos: uma parte elas escreviam e mandavam para nós corrigirmos, darmos palpites e vermos se os exercícios eram adequados e outra parte nós fazíamos com a mesma estratégia. Foi um trabalho muito gratificante! [...] Trabalho duro porque nós trabalhávamos aqui no Rio. Nós duas estávamos ensinando, as duas estávamos ocupadas e de vez em quando devíamos ir à editora. Então nós pegávamos o trem: aquele trem da noite do Rio para São Paulo, o trem de aço... Pegávamos o trem na sexta-feira à noite, íamos para São Paulo, ficávamos sábado e domingo e voltávamos no domingo de trem, e começávamos segunda-feira a trabalhar de novo normalmente. Era meio cansativo. Sentávamos na editora direto. Um dia na editora e um dia na casa da Manhucia ou da Lucília. Fizemos isso por muitos anos. (GOTTLIEB, depoimento oral, 2007)

Ao serem perguntadas em relação ao porquê de a segunda coleção ter circulado assinada por uma sigla, sem que fossem explicitados os nomes das autoras, e como chegaram ao “GRUEMA”, também não houve consenso total entre as entrevistadas.

Lucília justificou a opção com o seguinte argumento:

A sigla surgiu quando nós discutíamos que o livro iria ficar sem identidade. E pensávamos: no Rio vai ser o livro da Franca e da Anna e em São Paulo o livro da Manhucia e da Lucília. E já se questionava: - O livro da Manhucia e Lucília é o mesmo da Franca e Anna? Foi um pouco em cima disso, da vontade de ter uma identidade, que nasceu a idéia do Grupo. Foi uma maneira para que todas se identificassem no livro. Acho que a busca dessa identidade mostra o quanto nós tínhamos consciência de que o que estávamos fazendo era uma coisa significativa. Daí surgiu a idéia do Grupo de Educação Matemática. Todas nós pensamos muito sobre o nome e surgiram outras idéias, usando nossos nomes, nossas iniciais, nomes indígenas, [...] Enfim chegamos no Grupo e acho que foi uma feliz idéia. (SANCHEZ, depoimento oral, 2008).

Antes de transcrever o depoimento gravado por Manhucia em 2007, e portanto uma fonte, considero interessante, do ponto de vista deste artigo, colocar o que ouvi desta autora em 03 de setembro de 2006, em conversa informal, não gravada, e logicamente sem valor para a pesquisa segundo a linha teórica em que me baseio, quando perguntei por que o nome GRUEMA, ouvi a seguinte explicação: “[...] nós queríamos ser tal como os Bourbaki, mas se você falar com a Lucília ela dirá outra coisa!”. Em 2007, ao gravar a entrevista, Manhucia tornou esta fala mais clara, sem deixar dubiedade:

[...] porque na verdade nenhuma de nós queria seu nome divulgado, e essa é a história do nome GRUEMA, e inspirada no Grupo Bourbaki que já existia, mas não sabíamos quem eram as pessoas. Tentamos até dar um nome indígena! Muito bom lembrar essa época!... E a Lucília também já fazia parte do grupo. Então fizemos o Grupo de Ensino de Matemática Atualizada, GRUEMA. [...] [o nome indígena] Significava Cálculo. Depois vimos outros, mas nenhum era o que nós queríamos. Não eram chamativos. E aí colocamos Grupo de Ensino de Matemática Atualizada, GRUEMA. (LIBERMAN, depoimento oral, 2007)

Por que Manhucia afirma que elas não queriam seus nomes divulgados?
O uso da sigla estaria resolvendo um problema de gênero em relação à autoria?

Franca avançou um pouco mais em sua fala:

Havia muita concorrência e achava-se que nós não éramos profundas o bastante. Talvez [por isso] achamos que precisávamos de uma sigla. Mesmo assim não adiantou, porque o livro lançado em São Paulo era o “da Manhucia”, e o do Rio era o “da Anna”. Eu fiquei escondida e a Lucília também. A Manhucia estava na televisão, todo mundo conhecia. Já a Anna [Averbuch] era, nesta época, uma conhecida professora do Instituto de Educação, que preparava as professoras para a “escola primária”. (GOTTLIEB, depoimento oral, 2007).

Este trecho pode estar nos apontando algum receio com relação à “invasão” que estavam fazendo no universo, então totalmente dominado por homens, dos autores de livros didáticos de Matemática para as séries posteriores ao antigo primário. E isto, de certa forma, pode ser corroborado

pela necessidade de a nova coleção ter a supervisão do Prof Luiz Henrique Jacy Monteiro (1918-1975), muito embora este professor já fosse assumidamente consultor de várias obras desde o início do Grupo de Estudos do Ensino da Matemática Moderna (GEEM), em 1964.

No que tange à participação de Jacy Monteiro como consultor da coleção, em conversa não gravada, exemplifica-se a não coesão de pensamento das entrevistadas. Franca e Manhucia discordaram quanto ao nível da efetiva atuação de Jacy nesta supervisão: para a primeira, praticamente não houve grandes atuações de Jacy Monteiro, enquanto a segunda comungou com a opinião de Lucília, cujo trecho do diálogo, única fonte gravada sobre este aspecto, segue aqui transcrito (SANCHEZ, depoimento oral, 2008):

Lucília - [...] começamos a discutir sobre o livro e chamamos o Jacy Monteiro para fazer uma avaliação teórica do conteúdo matemático. Ainda mais se tratando de Matemática Moderna, precisávamos de alguém para rever a parte conceitual, embora a Franca já estivesse dando aula no ensino superior e eu também, o Jacy tinha um grande conhecimento de Álgebra. Então ele foi o nosso supervisor. Lúcia – Qual era o nível de atuação dele? Ele ajudava em cima do que vocês faziam ou ele dava opinião antes?

Lucília – O Jacy dava algumas idéias, falávamos de como ensinar, mas ele nos deixava trabalhar, porque ele na realidade não tinha muita experiência de sala de aula. Ele ajudava muito quando lia nosso trabalho e fazia algumas observações, na linguagem usada, etc.

Lúcia – Mas ele influenciava no estilo, na proposta metodológica?

Lucília – Na parte metodológica não muito, embora me lembre de algumas influências.

Eu acredito muito em pessoas que estão fora. As vezes falam: - quem está fora não sabe. Mas não é bem assim. Ele falava um pouco, conversávamos muito. Ele opinava sim, opiniões do tipo: - assim não aprende mais rápido? Ou: - assim não é mais fácil de aprender?

E nós dizíamos: - Não Jacy, é preciso isso e mais alguma coisa.

Lúcia – Ele ajudou nos livros da 5ª e 6ª séries, talvez, porque nos outros livros ele já não estava pois faleceu em 75. Lembro que os livros de 6ª série já vinham com dedicatória a ele.

Lucília – Acho que ele estava sim em todos, na 1ª edição.

Só nas outras edições foi que se colocou dedicatória.

Lúcia – Não há livros da 1ª edição, nem mesmo no acervo da Editora. Preciso rever essas informações.

Lucília – O Jacy para mim era uma âncora. Eu sempre me preocupei com o lado teórico, tanto na metodologia quanto na própria Matemática. Eu me sentia muito segura com o fato do Jacy estar lendo e supervisionando nosso trabalho. Lembro de algumas vezes dele sendo o porta-voz de menos formalismo. Tenho essa clareza na memória. E isso vindo do Jacy, dava muita tranquilidade.

Lúcia – Eu achei que era exatamente o contrário. Achei que um pouco do formalismo no trabalho vinha por conta da opinião dele.

Lucília – Eu não acho. Lembro de conversas em que ele falava do nosso formalismo. A ajuda dele foi muito boa. A tranquilidade que ele dava nos conceitos, tirava muitas dúvidas levantadas, enfim.

Jacy Monteiro morreu em junho de 1975, e, em mapeamento das edições do GRUEMA publicado anteriormente (VILLELA, 2008, p.130), vê-se que nessa época apenas não havia saído do prelo a primeira edição do livro da 8ª série, mas isto não inviabilizava a possibilidade de sua participação também neste volume, uma vez que sempre eram feitas versões preliminares que eram experimentadas em salas de aula.

Ainda voltando à opção pelo nome GRUEMA, vale transcrever o que estava impresso na Seção *Falando aos Mestres* da primeira edição do livro da 5ª série, primeiro livro a ser publicado na nova coleção:

GRUEMA – sigla por nós escolhida para Grupo de Ensino de Matemática Atualizada – foi inspirada no fato de que este trabalho não é obra exclusiva dos autores, mas de um grupo.

O GRUEMA 5, antes de ser lançado, foi experimentado, com sucesso, em escolas particulares e oficiais de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde professores e orientadores controlaram os resultados.

A eles os nossos cumprimentos pela eficiência e colaboração.

Foi a dedicação de todos e de cada um dos componentes GRUEMA que permitiu o aperfeiçoamento e a melhoria do trabalho, que acreditamos ser mais um passo no progresso do ensino da Matemática no BRASIL. (AVERBUCH *et al*, 1974, p.1)

O teor desta mensagem impressa em 1972, com o tempo, desapareceu dos depoimentos das autoras, restando algo filtrado pela memória, que em nada se assemelha ao texto inicial.

Essa mensagem, reiterando a ideia de que o grupo transcendeu as autoras também apareceu no folder de divulgação da Coleção⁵ que foi elaborado, no mínimo, em 1976, pois ali apareceram os volumes de todas as séries. Neste instrumento oficial de divulgação da Coleção destinada ao então primeiro grau, a Editora investiu em fixar o título GRUEMA, sem explicitar o nome das autoras. Ressaltava a sigla GRUEMA na capa e contracapa do folder, e, na primeira folha interna, explicava: “O que é o GRUEMA? GRUEMA – sigla do Grupo de Ensino de Matemática Atualizada nasceu da idéia de unir experiências de professores ao pensamento de matemáticos sobre o ensino dessa ciência na Escola Fundamental”.

Resta-nos saber se a explicação para isso era o que efetivamente estava escrito na seção “Falando aos Mestres” e no folder elaborado pela Editora na época, ou o que, cerca de trinta e poucos anos depois, foi, de alguma forma, veiculado nos depoimentos das autoras.

Como curiosidade, já que foi citada a tiragem alcançada na primeira coleção, é pertinente informar que a coleção GRUEMA, como ficou conhecida a segunda Coleção, de fevereiro de 1972 a agosto de 1980 atingiu um quantitativo de 1.624.948 exemplares ao todo, segundo os informes dos Mapas Mensais de Edição existentes no Acervo da Companhia.

Considerações finais

Caminhando pelos bastidores de uma pesquisa histórica, como o fizemos ao longo deste texto, exemplifica-se o que o historiador das disciplinas escolares enfrenta em seu ofício.

Se a partir dos *Annales*, com a História Cultural e todos os recursos tecnológicos que passaram a nos instrumentalizar a cada nova década, por um lado o profissional de história ganhou ao ampliar os tipos de fontes, por

⁵ Esse folder está disponível no Dossiê Lucília Bechara, no Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional.

outro também teve que redobrar esforços para que a sua produção adquirisse credibilidade junto a seus pares. A “verdade”, mais do que nunca, se tornou fugaz. Se não há mais espaço para “a” história, o que é produzido por cada um de nós é “uma” história, e esta terá que ser, naquele momento, o mais convincente possível. Para tanto, com base nos teóricos e nas experiências vividas até aqui, quanto maior o número e tipos de fontes de que nos cerquemos, melhor será nossa produção: que venham os documentos de toda a ordem! O que importa é que sempre sejamos éticos, críticos, inquiridores e desconfiados, não parando ao encontrar o primeiro rastro do passado e que estejamos firmes, seguindo a base teórico-metodológica em que optamos por caminhar.

Referências

AVERBUCH, A. *et al.* **Curso Moderno de Ensino de Matemática para o Ensino de 1º grau. 5ª série.** GRUEMA. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador**; prefácio Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, R. **La Historia o la Lectura del Tiempo.** Traducción Mar Garita Polo. Barcelona: Editorial Gedisa S. A., 2007.

CHARTIER, R. **Escuchar a los Muertos com los Ojos**: lección inaugural em El Collège de France. Traducido por Laura Fóllica. Buenos Aires: Katz Editores. 2008.

GARNICA, A. V. M. A História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática: um estudo do caso brasileiro. In: CIBEM, 5, 2005, Porto. **Actas...** Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2005. Disponível em <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/fdm/textos/garnica%2005\(CIBEM\).doc](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/fdm/textos/garnica%2005(CIBEM).doc)>. Acesso em: 25 maio 2008.

GOTTLIEB, F. C. **Entrevista concedida a Lucia Maria Aversa Villela**, em 09.02.2007. Gravação em fita cassete. Local: casa da Profª Franca, Copacabana, Rio de Janeiro – RJ.

HALLEWEL, L. **O Livro no Brasil**: sua história. Tradução de Maria da penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. Ver. e ampli. São Paulo: EDUSP, 2005.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, p. 9-43, n.1, jan./jun. 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIBERMAN, M. P. **Entrevista concedida a Denise Medina e Lucia Maria Aversa Villela**, em 06.03.2007. Gravação em fita cassete. Local: casa da Profª Manhucia, São Paulo – SP.

NAKASHIMA, M. N. **O Papel da Imprensa no Movimento da Matemática Moderna**. São Paulo: GHEMAT, 2007. CD com artigos de jornal digitalizados.

SANCHEZ, L. B. **Entrevista concedida a Lucia Maria Aversa Villela**, em 22.11.2008. Gravação em fita cassete. Local: casa da Profª Lucília. São Paulo – SP.

SILVA, H. da. **Centro de Educação Matemática (CEM)**: fragmentos de identidade. 2006. 448 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

TREFAUTS, M. da P. Dona Benta. **Revista Gula**, n. 133, de novembro de 2003. Disponível em <<http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=5127&canal=nutricao>> . Acesso em: 5 abr. 2009.

VILLELA, L. M. A. **Mapa de edições de livros didáticos de Matemática** - Cia. Editora Nacional, 1964-1978. São Paulo: GHEMAT, 2007. (mimeo)

VILLELA, L. M. A. Os Livros Didáticos de Matemática de Maior Vendagem, na Companhia Editora Nacional, no período de 1964 a 1980. In: BÚRIGO, E. Z.; FISCHER, M. C. B.; SANTOS, M. B. (Orgs.). **A Matemática Moderna nas Escolas do Brasil e de Portugal**: novos estudos. Porto Alegre: Redes Editora, 2008. p. 118-132.

Aprovado em junho de 2009

Submetido em abril de 2009

